

O AMBIENTE EM QUATRO DÉCADAS

1968	ROMA - ITÁLIA Clube de Roma alerta para a finitude dos recursos naturais e defende mudanças na economia mundial
1972	ESTOCOLMO - SUÉCIA Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, sob efeito do Relatório Meadows, do Clube de Roma, leva à criação do Pnuma e do Dia Mundial do Meio Ambiente
1983	OSLO - NORUEGA Criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
1987	OSLO - NORUEGA Divulgação do Relatório Brundtland, "Nosso Futuro Comum", com os princípios do desenvolvimento sustentável
1992	RIO DE JANEIRO - BRASIL Eco 92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, estabelece necessidade de metas para a defesa dos recursos naturais e acordo internacional para novos padrões de desenvolvimento econômico
1995	BERLIM - ALEMANHA COP1, primeira Conferência das Partes, inicia processo de negociação de metas e prazos específicos para redução das emissões de gases do efeito estufa, válidos apenas para os países desenvolvidos. Surge a proposta de criação de um protocolo comum a ser negociado dois anos depois
1996	GENEVA - SUÍÇA COP2, termina com a declaração para elaboração de obrigações legais para o alcance das metas de redução de emissões e com a destinação de fundos para os países em desenvolvimento produzirem suas políticas ambientais
1997	KYOTO - JAPÃO COP3, adotadas as metas de redução de emissões para os países desenvolvidos, então qualificados como Países do Anexo I, evento chamado de Protocolo de Kyoto. No entanto, o então presidente George W. Bush decidiu não ratificar o acordo, que para entrar em vigor precisava da adesão de pelo menos 55 países que somassem 55% das emissões globais. Isso só veio a ocorrer em 16 de fevereiro de 2005, quando a Rússia firmou o compromisso. Os Estados Unidos se retiraram do acordo em 2001
1998	KYOTO - JAPÃO COP4, essencialmente técnica, produziu um cronograma (chamado Plano de Ações de Buenos Aires) e um programa de metas que levavam em conta cálculos de impacto das atividades humanas nas mudanças climáticas, além de definir esquemas para transferência de tecnologia e financiamento
1999	BONN - ALEMANHA COP5, marcada pela implementação do Plano de Ações de Buenos Aires, com avanços no conceito de uso sustentável do solo e recursos para capacitações nos países em desenvolvimento
2000	HAIA - HOLANDA COP6, uma grande expectativa é frustrada pelos impasses criados em torno dos novos conceitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, mercado de carbono, financiamento do desenvolvimento sustentável nos países pobres e mudanças na questão do uso do solo. Acirram-se as divergências entre a União Europeia e os Estados Unidos

Construindo pontes

A COP16 marca o amadurecimento do diálogo entre os 194 países

TEXTO **LUCIANO MARTINS COSTA**

Não por acaso, o encontro entre empresários, investidores e agentes governamentais, na 16ª Conferência das Partes do Protocolo de Kyoto, que se realiza em Cancún, no México, recebeu o título de “Construindo Pontes”. O evento marca o amadurecimento do diálogo entre os representantes dos 194 países que firmaram compromissos para combater as causas das mudanças climáticas e a iniciativa privada disposta a assumir novos paradigmas de negócios condicionados pela busca da sustentabilidade.

Os debates entre as duas partes — a que regulamenta e a que faz acontecer —, foram organizados pelo Conselho Mundial de Empresas pelo Desenvolvimento Sustentável, uma das instituições responsáveis por mudanças efetivas no interior da comunidade global de negócios e pelas negociações entre a iniciativa privada, organizações não governamentais, os Estados nacionais e demais protagonistas do esforço internacional pela defesa do patrimônio ambiental.

O evento marca também o fim de controvérsias entre os cientistas responsáveis pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) e os chamados céticos, que levantaram dúvidas sobre a natureza antropogênica da urgência ambiental. O economista indiano Rajendra Pachauri, coordenador do IPCC, abriu os trabalhos observando que “o aquecimento do sistema climático é agora evidente, pelo aumento das temperaturas médias globais da atmosfera e dos oceanos, pelo derretimento generalizado de neve e geleiras e pela elevação média global do nível dos oceanos”.

A urgência ambiental não apenas conduz a uma nova ordem moral global, em favor da natureza. Também provoca o surgimento de um novo sistema de negócios, com alterações nas condicionantes das relações sociais, políticas e econômicas em todos os níveis. Esse questionamento ganhou forma em 1966, quando o então presidente do conglomerado Fiat/Olivetti Aurelio Peccei mani-

festou publicamente preocupações com a hipótese do esgotamento dos recursos naturais e o futuro da indústria mundial. Estudos elaborados com apoio de multinacionais como a Ford e a Volkswagen, além da própria Fiat, deram origem ao Clube de Roma, surgido em 1968 e integrado por chefes de Estado, economistas, industriais, banqueiros, líderes políticos e cientistas.

Também em 1968, em setembro, a Unesco realizou em Paris a Conferência da Biosfera. Embora limitado aos aspectos científicos da preservação dos recursos naturais, o evento forneceu bases concretas para as preocupações intuídas por Peccei. O primeiro relatório oficial produzido pelo Clube de Roma foi publicado em 1972, intitulado “Os Limites do Crescimento” — também conhecido como Relatório Meadows, referência ao cientista Dennis Meadows, líder dos pesquisadores encarregados do trabalho. O texto alertava para o risco de um colapso mundial entre o início e o meio do século 21 e levantava a tese do crescimento econômico zero.

Essencialmente, previa que por volta de 2007 se acentuaria uma queda nos recursos minerais e hídricos, provocada pela exploração desordenada e que o crescimento demográfico, com aumento das populações carentes, poderia provocar escassez de alimentos e novas formas de violência social. A redução ou esgotamento das terras agricultáveis era outra das projeções do estudo, que apontava ainda o aumento do êxodo rural, o inchaço das cidades e migrações em massa, provocando desemprego, conflitos e desorganização urbana. O ponto central do relatório era a percepção de que a industrialização estaria afetando rapidamente o meio ambiente, com resultados então imprevisíveis.

O documento provocou grandes debates na Conferência das Nações Unidas so-



para salvar o planeta

que firmaram compromissos para combater as causas das mudanças climáticas

bre o Ambiente Humano, conhecido como a Conferência de Estocolmo, realizada ainda em 1972. A data de início dos trabalhos, 5 de junho, foi definida pela ONU como o Dia Mundial do Meio Ambiente. Um dos resultados mais concretos da conferência foi a criação do Pnuma – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – que passou a organizar os passos seguintes nas ações em defesa do patrimônio ambiental do planeta.

As reações vieram de todos os lados: os países socialistas, em plena Guerra Fria, boicotaram a conferência, enquanto representantes dos chamados subdesenvolvidos acusavam os europeus de, tendo alcançado alto padrão de vida, estarem condenando os povos periféricos à pobreza eterna. Por outro lado, empresários e banqueiros americanos refutavam qualquer espécie de restrição à iniciativa privada. Representantes brasileiros, enviados pelo governo militar, fizeram a triste figura de pedir aos países desenvolvidos que mandassem para o Brasil suas indústrias poluidoras.

Desse debate surgiram três teorias sobre a economia mundial: a dos desenvolvimentistas, liderada pelo Brasil e a China, a do preservacionismo, derivada da política americana de cercar grandes áreas naturais para preservação radical de biomas, com acesso restrito ou proibido de seres humanos, e a do conservacionismo, proposta europeia que defendia a utilização racional dos recursos naturais, permitindo sua recuperação e continuidade. A partir desses debates surgiu a tese do ecodesenvolvimento, proposta inicialmente em 1973 pelo secretário-geral da Conferência de Estocolmo, Maurice Strong, e consolidada no mesmo ano por um trabalho do ecocronista Ignacy Sachs, consultor da ONU.

Essa tese, precursora do conceito de sustentabilidade, amadureceu com a

criação, pela ONU, em 1983, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela então primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland. Depois de uma profunda análise dos riscos ambientais relacionados ao desenvolvimento econômico, adotando como base os pressupostos apresentados por Sachs, foi publicado em 1987 o Relatório Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”, que estabeleceu os princípios do desenvolvimento sustentável.

Adotado como padrão por praticamente todos os países membros da ONU, esse conceito passou a nortear todas as conferências e acordos que se seguiram. A partir daí, todos os esforços tratam de buscar a viabilidade prática de um novo sistema econômico. Esse movimento foi em boa parte sustentado por doações de particulares, fundações e empresas, que permitiram a evolução do chamado terceiro setor.

A primeira organização não-governamental ambientalista de atuação global, World Wildlife Fund, foi criada em 1961 com o propósito de defender espécies ameaçadas de extinção, proteger ambientes naturais e promover a educação ambiental. O Greenpeace, criado em 1971 por ativistas que se opunham a um teste nuclear do governo americano no Alasca, transformou-se no movimento de maior projeção internacional, por suas táticas de confronto direto com matadores de focas e caçadores de baleias.

Os principais momentos dessa trajetória da humanidade em busca da sustentabilidade tiveram como pontos altos, a partir daí, a Rio-92, celebrizada pela necessidade de intervenção das Forças Armadas em favelas do Rio de Janeiro. Vieram depois as conferências que conduziram ao Protocolo de Kyoto, sempre alimentadas pelos relatos do IPCC sobre mudanças nos padrões do clima. O oitavo relatório, publicado em fevereiro de 2007, provocou o choque de realidade que finalmente começa a produzir mudanças nos negócios, no consumo e nas políticas públicas.

O questionamento ganhou forma em 1966, quando o então presidente do conglomerado Fiat/Olivetti Aurelio Peccei manifestou publicamente preocupação com a hipótese do esgotamento dos recursos naturais e o futuro da indústria mundial

O oitavo relatório, de fevereiro de 2007, provocou o choque de realidade que finalmente começa a produzir mudança nos negócios, no consumo e nas políticas públicas

